

pt



União Europeia  
Política Regional

# inforegio

| N.º 16 | Maio de 2005 |

## panorama



## Boas práticas

### do desenvolvimento regional

# Sumário

## Boas práticas do desenvolvimento regional

### Na escola das boas práticas

A execução dos fundos estruturais é frequentemente considerada como um filão de «valor acrescentado comunitário». O que se pode dizer designadamente de uma série de boas práticas que a gestão dos fundos ensinou, através dos tempos, das mudanças de períodos de programação e da troca de experiências entre Estados-Membros e regiões.

### A avaliação progride nos Estados-Membros

A Direcção-Geral da Política Regional analisou as avaliações intercalares dos programas dos objectivos n.ºs 1 e 2, para evidenciar os resultados e retirar as boas práticas para o futuro.

### Testemunho: Suécia

### O FEDER em acção:

Alemanha, França, Reino Unido e Grécia

### Testemunho: República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia

### Reportagem: receitas irlandesas

O país mais pobre da Comunidade Europeia na altura da sua adesão, em 1973, tornou-se, 30 anos depois, num dos Estados mais prósperos da União por ter sabido, entre outras coisas, utilizar as oportunidades oferecidas pelas ajudas europeias. Afinal o que fez progredir tanto os irlandeses? Que conselhos podem eles dar aos novos Estados-Membros? Uma panóplia de boas práticas.

### Testemunho: Bélgica

### Testemunho: Espanha

### O FEDER em acção:

Países Baixos, Portugal, Dinamarca e Itália

3



9



12



13

14



15



19



20

21

**Fotografias (páginas):** Comissão Europeia 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10), A.Janssens/Euro Liège TGV (11), Örebro län (12), AZ publica (13), Nicéphore Cité (13), Creggan Enterprises Ltd (13), URBAN Greece (13), Ministerstvo pro místní rozvoj (14), National Roads Authority (15), Dublin Bay Project (16), Women's Community Projects (Mullingar) Association Ltd (17), AEIDL (17), National University of Ireland, Maynooth (18), Région wallonne (19), URBAN II Noord aan de Rotte (21), Nordjyllands Amt (21), Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (21).

**Capa:** A «Estação do Oriente» em Lisboa foi construída para a Expo'98 com a ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Também colaboraram na redacção deste número: Pierre Ergo, Véronique Faure, Veronica Gaffey, Jean-Luc Janot, José Luis Kaiser, Ann Martin, Catherine Mathot, Eirini Nikolaïdou e Wolfgang Petzold.

Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG da Política Regional

Esta revista é impressa em inglês e francês em papel reciclado.

O caderno temático está disponível em 19 línguas da União Europeia na página Internet: [http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_en.htm).

Os textos desta publicação não têm valor legal.



## Gerir os programas dos fundos estruturais

# Na escola das boas práticas

por John Bachtler <sup>(1)</sup>

**A execução dos fundos estruturais é frequentemente considerada como um filão de «valor acrescentado comunitário». O que se pode dizer designadamente de uma série de boas práticas que a gestão dos fundos ensinou, através dos tempos, das mudanças de períodos de programação e da troca de experiências entre Estados-Membros e regiões. Cada uma das fases de execução de um programa fornece ensinamentos que podem ser úteis a todos.**



■ Viveiro de empresas em Egg, no Vorarlberg (Áustria)

A gestão dos fundos estruturais representa desafios significativos. A utilização de subsídios importantes, plurianuais e multisectoriais, num quadro administrativo que muitas vezes está em contradição com as práticas de gestão nacionais, é um exercício complexo e exigente. A experiência dos últimos 15 anos mostra, porém, como os Estados-Membros conseguiram tirar partido da utilização dos fundos estruturais para criarem valor acrescentado comunitário e desenvolverem novas abordagens ao serviço da política regional. Um dos aspectos mais assinaláveis deste contributo é a aprendizagem obtida através das melhores práticas na gestão dos fundos estruturais ao longo dos anos, de um período de programação para outro e através da troca de experiências entre Estados-Membros e regiões.

### Gestão dos programas: a cada país o seu sistema

Cada Estado-Membro desenvolveu o seu próprio dispositivo de gestão, dotado por vezes de especificidades regionais. De um modo geral, podemos distinguir entre países que têm:

- > uma abordagem *diferenciada* da dotação de recursos, com estruturas administrativas separadas, criadas essencialmente para gerir os fundos estruturais (é o caso dos Países Baixos, da Suécia ou do Reino Unido);
- > uma abordagem *globalizada*, como é o caso da Áustria, da Espanha, de alguns estados federais da Alemanha e da maioria dos novos Estados-Membros. Nesta fórmula, a

<sup>(1)</sup> O professor John Bachtler é director do European Policies Research Centre (Centro de Investigação sobre Políticas Europeias) da Universidade de Strathclyde, Glasgow (Reino Unido).

dotação dos recursos passa pelos ministérios ou por organismos nacionais ou regionais;

- > sistemas *compostos*, que conjugam as duas abordagens anteriores, como na Finlândia, na França e na Itália.

Cada fórmula tem as suas vantagens e os seus inconvenientes. Os sistemas diferenciados podem ser complexos do ponto de vista administrativo (e menos adequados para intervenções de maior envergadura do objectivo n.º 1), mas proporcionam maior coerência estratégica e uma tomada de decisão mais transparente, permitindo, ao mesmo tempo, uma maior visibilidade do financiamento comunitário. Os sistemas globalizados, em contrapartida, operam de maneira mais directa e estandardizada, mas encontram frequentemente dificuldades em integrar intervenções múltiplas e em favorecer o efeito de alavanca dos financiamentos comunitários.

## Subcontratar a gestão dos programas: Secretariado do objectivo n.º 2 na Renânia do Norte-Vestefália (Alemanha)

Uma maneira de gerir os fundos estruturais — que é frequente em sistemas de gestão diferenciados — consiste em subcontratar uma parte da administração dos programas a um gabinete externo, como é, desde há muito, o caso de certas zonas da Bélgica, dos Países Baixos e do Reino Unido. A este grupo se juntou recentemente a Renânia do Norte-Vestefália, que criou o «Ziel 2 Sekretariat» (Secretariado do objectivo n.º 2), confiado a um gabinete de consultores cuja missão é melhorar a coordenação dos comités de programa, fornecer assistência técnica aos numerosos ministérios e outras instâncias que intervêm na administração dos programas, bem como dinamizar as acções de publicidade e comunicação.



A circunvalação de Bragança (Norte de Portugal) facilita a passagem para Espanha

De há 10 ou 15 anos a esta parte, observa-se, em numerosos Estados-Membros da União, uma tendência para regionalizar progressivamente a gestão dos programas, sendo os dois exemplos mais recentes a Grécia e a Irlanda. Foram criados, em várias regiões, organismos intermédios para a gestão de determinadas vertentes temáticas ou sub-regionais dos programas. É, por exemplo, o caso da Áustria (gabinetes de gestão locais), da França (subvenções localizadas), da Itália (programas/projectos integrados) e do Reino Unido (planos de acção).

Para maior adequação entre a atribuição dos recursos e os objectivos estratégicos do programa, os sistemas de gestão tornaram-se mais sofisticados. A análise feita sobre a avaliação mostra que a eficácia da gestão depende essencialmente de uma definição clara dos papéis e processos de organização, bem como de uma atenção pragmática à inovação. Um factor importante que contribui para melhorar a gestão é o trabalho em rede entre gabinetes de programa, um procedimento já consolidado na execução dos fundos estruturais da Áustria, Países Baixos e Reino Unido.

## Inglaterra (Reino Unido): «Iniciativa melhores práticas», para melhor gestão dos programas

Em 2003, o gabinete do primeiro-ministro britânico lançou uma «Iniciativa melhores práticas» para melhorar a gestão dos fundos estruturais na Inglaterra. Esta iniciativa articulava-se à volta de três grandes eixos: a) um inventário pormenorizado das boas práticas que podem ser reproduzidas e das fraquezas a superar, especialmente em matéria de conduta estratégica e de apoio aos projectos; b) uma estratégia de formação contínua para aumentar as competências e os conhecimentos em matéria de programação; c) o trabalho em rede e a disponibilização de ferramentas para acompanhar a aprendizagem.

## Promoção do programa: publicidade e comunicação

A informação é um elemento básico na programação dos fundos estruturais. As autoridades de gestão devem informar e envolver os beneficiários e os potenciais promotores de projectos. É necessário que eles saibam se a sua candidatura é pertinente ou não, como elaborar um processo de qualidade e como executar eficazmente o seu projecto. Pela sua parte, os parceiros administradores do programa precisam de informações que lhes permitam uma gestão e condução adequada ao mesmo. Quanto ao grande público, esse deve ser informado sobre a contribuição dos fundos estruturais para o desenvolvimento da sua região e para a melhoria da sua qualidade de vida.

Para o actual período de programação (2000-2006), foi dada uma grande importância à publicidade e comunicação sobre os fundos estruturais. Mas, nesta matéria, as necessidades evoluem consoante o ciclo de vida do pro-



Ordenamento do acesso aos sítios arqueológicos de Atenas (Grécia) aquando dos Jogos Olímpicos de 2004

grama. Pode-se assim identificar uma série de boas práticas:

- > identificação dos públicos-alvo e das suas necessidades de informação bem como das respostas adequadas;
- > escolha de bons instrumentos, atribuindo-lhes objectivos bem claros para satisfazer as expectativas dos públicos-alvo e difundir mensagens claras e sintéticas;
- > desenvolvimento de um sistema de gestão da comunicação apropriado, com uma definição clara dos papéis e responsabilidades, recursos necessários, assegurando uma boa exploração dos resultados e prevendo mecanismos internos de avaliação da eficácia da intervenção.

### **Grécia: publicitar os fundos estruturais**

Na Grécia, a autoridade de gestão do quadro comunitário de apoio (QCA) criou um dispositivo de comunicação unificado para informar os beneficiários e o grande público. Este dispositivo compreende uma rede de cerca de cinquenta agentes de informação e de comunicação, um grupo de coordenação da informação, um *vade-mécum* pormenorizado das exigências em matéria de informação e de publicidade durante toda a duração do programa, bem como um módulo que permite avaliar a eficácia das iniciativas de comunicação.

### **Execução do programa: exame das candidaturas e selecção dos projectos**

Os programas são objecto de pressões cada vez mais intensas para atingirem os seus objectivos, utilizando sanções e incentivos decorrentes da regra de anulação automática após dois anos e da reserva de eficiência. Os responsáveis dos programas pretendem alcançar uma maior qualidade, o aparecimento de melhores projectos, submetidos a uma racionalidade estratégica e com forte probabilidade de serem realizados nos prazos previstos. Nas regiões que correm o risco de perderem as ajudas em 2007, os responsáveis procuram ainda que os projectos deixem uma marca sustentável no território.

Num tal contexto, o exame dos processos de candidatura e a selecção dos projectos constituem missões extremamente importantes. Com o tempo, a apreciação das candidaturas foi-se tornando mais sistemática e mais profissional tendo algumas regiões utilizado métodos sofisticados de anotação, avaliação e classificação de projectos (em especial na Irlanda, nos Países Baixos e no Reino Unido). A utilização de critérios de entrada e de qualidade permite aos gestores de programas influenciar o perfil das candidaturas e ligar os projectos e a atribuição dos recursos às prioridades. Na Alemanha, na Itália ou em Espanha, é frequentemente pedida a contribuição de peritos independentes, painéis de especialistas e outros intervenientes (bancos, por exemplo) para apreciar determinadas medidas ou operações, especialmente quando se trata de grandes projectos



de infra-estruturas, muitas vezes, extremamente complexos, ou de iniciativas de I&D muito especializadas. É também dada elevada prioridade à formação dos beneficiários em técnicas de avaliação de projectos.

De qualquer modo, cada sistema tem necessidade de procedimentos de análise de processos e de selecção de projectos simples e transparentes, de flexibilidade no exame de candidaturas inovadoras e, ao mesmo tempo, de tratar com rapidez os projectos de baixo risco, e, finalmente, de dispositivos de apoio para acompanhar os beneficiários na condução dos respectivos projectos.

### **Itália: aumentar a qualidade dos projectos graças a programas locais integrados**

Entre um conjunto de projectos integrados italianos, os «*Programmi Integrati per lo Sviluppo Locale*» (PISL) — Programas Integrados para o Desenvolvimento Local (PIDL) — foram introduzidos nalgumas regiões para melhorar a qualidade dos projectos e as competências estratégicas dos actores regionais. Cada PIDL é uma estratégia de nível intermédio, um conjunto coerente de acções integradas e intersectoriais (que engloba ajudas às infra-estruturas e ajudas às empresas), fornecendo assim um quadro territorial coerente para concepção, selecção e realização dos projectos.

### **Áustria: melhorar a qualidade e a transparência no processo de identificação e selecção de projectos**

Na Áustria, os «*gabinetes locais de gestão*» trabalham com os candidatos promotores de projecto, a nível local, para dinamizar candidaturas e desenvolver projectos de qualidade. Para melhorar a transparência e coerência no processo de selecção dos projectos, cada organismo financiador emprega «*Massnahmenverantwortliche Förderstelle*» (gestores de medidas), cuja missão é garantir uma abordagem normalizada na admissibilidade e exame das candidaturas, na selecção dos projectos e na determinação do montante do financiamento concedido.

### **A inteligência ao serviço da programação: o papel do controlo**

O controlo ou acompanhamento dos programas dos fundos estruturais tem sido considerado, frequentemente, como secundário em relação à realização do programa, tarefa mais valorizada. Todavia, desde há alguns anos, o controlo é considerado como uma condição prévia a uma programação eficaz, uma forma de reunir informações estratégicas para facilitar cada uma das fases de programação: elaboração, realização e avaliação.



A estação de depuração de Danutoni (Roménia) beneficiou de fundos Phare e ISPA



Visita às instalações de irrigação financiadas pelo FEDER na costa ocidental da ilha da Reunião (França)

### **Acompanhar a execução financeira e operacional dos programas: sistemas de controlo nacionais e regionais**

Como o controlo dos programas se tornou mais importante, muitos Estados-Membros investiram na criação de sistemas partilhados e de fácil utilização, que permitem acompanhar tanto os indicadores financeiros (autorizações, pagamentos) como os indicadores operacionais (progressão dos projectos). Um dos mais conhecidos é o sistema de acompanhamento francês PRESAGE, que foi adaptado noutros países. Outros exemplos são SIRGIS e SINIT na Itália, STINS na Suécia e, a nível regional, *efREporter* na Saxónia-Anhalt (Alemanha). Entre a nova geração de sistemas desenvolvidos pelos novos Estados-Membros destaca-se o SIMIK, na Polónia, que está a ser colocado em rede sob a denominação SIMIK-NET. É interessante notar que o método de acompanhamento dos fundos estruturais é actualmente utilizado para instalar sistemas de acompanhamento muito mais vastos, aplicados a todas as intervenções governamentais, como é o caso na Itália com o MIP (Monitorização dos Investimentos Públicos).

A eficácia do controlo começa na identificação, definição e quantificação de indicadores de acompanhamento, tendo em conta a viabilidade da recolha dos dados e a pertinência dos mesmos. Isto requer dispositivos de recolha e de arquivo

de dados que, idealmente, permitam a consulta e utilização em tempo real. Por último, são necessários recursos humanos qualificados, motivados e conscientes do interesse em seguir procedimentos standardizados. Nada disto é automático e muitas regiões têm encontrado dificuldades em quantificar os indicadores, em resolver problemas técnicos nos sistemas informáticos e, também, na falta de exactidão e de utilidade dos dados disponíveis.

### **Parceria: aprender a trabalhar juntos**

A parceria, que é um dos princípios fundamentais da aplicação dos fundos estruturais, teve provavelmente muita mais influência nas práticas do desenvolvimento regional do que qualquer outro aspecto da política europeia de coesão. Mas é também um dos princípios mais difíceis de implementar, porque exige trabalho colectivo em torno de objectivos comuns a parceiros de instituições e culturas organizacionais diferentes, susceptíveis de terem prioridades e interesses divergentes. No entanto, o conceito de parceria passou de uma fase em que era visto apenas como uma condição regulamentar formal para uma fase na qual constitui um mecanismo tacitamente aceite (embora não o seja da mesma maneira em toda a União), um meio de melhorar a eficácia da programação estratégica, da gestão do programa e da selecção de projectos, já que favorece a apropriação do programa pelos respectivos intervenientes, envolvendo-os mais amplamente e, ao mesmo tempo, aumentando as possibilidades de inovação.





Beneficiária de fundos FEDER, a agência Puzzle de Hultsfred (Suécia) põe o seu talento ao serviço da música rock, especialidade desta pequena cidade

Obteve-se uma boa experiência neste domínio. A parceria é algo mais do que uma simples preocupação em assegurar a representatividade dos comités de acompanhamento — implica a gestão do contributo de cada parceiro e a decisão dos papéis estratégicos e operacionais que cada parceiro pode desempenhar nas diferentes

fases do programa. Estes parceiros têm também necessidade de formação e de acompanhamento técnico para poderem tornar a sua participação mais eficaz.

### **Reino Unido: uma parceria activa na Escócia Ocidental**

A parceria subentende toda a iniciativa de revitalização económica e social levada a cabo na Escócia Ocidental. Os parceiros estão envolvidos activamente na comissão de acompanhamento, mas também num conjunto de grupos consultivos e de instâncias operacionais que examinam os processos de candidatura e formulam recomendações para a selecção dos projectos. O exame das candidaturas pelos parceiros serve para alcançar um justo equilíbrio entre critérios de selecção objectivos e competências e conhecimento dos indivíduos. De um modo geral, isto permite evitar duplicações e fomenta uma melhor compreensão e relacionamento de trabalho entre as instituições da região.

### **Ciclo de aprendizagem e troca de experiências**

Por último, a eficácia da gestão de um programa deriva de um processo de aprendizagem e da adaptação dos sistemas e dos procedimentos. Como as autoridades de gestão, nacionais e regionais, enriqueceram a sua experiência em cada fase de programação, pode considerar-se que passaram por um verdadeiro «ciclo de aprendizagem» de desenvolvimento em todos os processos de programação acima descritos.

A estabilidade do ambiente institucional foi outro factor importante para o aparecimento de boas práticas, permitindo inovar e experimentar em termos de execução dos fundos. De igual modo, um quadro regulamentar internacional comum favoreceu a constituição de uma rede transnacional que alargou os horizontes e facilitou a troca de boas práticas.

### **Melhorar a gestão dos programas dos fundos estruturais através da troca de experiência: IQ-Net**

O IQ-Net é um bom exemplo de cooperação transnacional em matéria de gestão de programas. Esta rede de profissionais, provenientes das autoridades de gestão de programas dos objectivos n.ºs 1 e 2 em dez Estados-Membros, tem por objectivo promover a investigação aplicada e o intercâmbio em matéria de gestão dos programas dos fundos estruturais. O presente artigo inspirou-se em numerosos estudos de casos IQ-Net.

Para saber mais, consultar a página Internet:  
<http://www.eprc.strath.ac.uk/iqnet/>.



## Avaliação intercalar dos fundos estruturais

# A avaliação progride nos Estados-Membros

**A Direcção-Geral da Política Regional analisou as avaliações intercalares dos programas dos objectivos n.ºs 1 e 2 para evidenciar os resultados e retirar as boas práticas para o futuro (¹).**

Realizadas sob a responsabilidade das autoridades de gestão em parceria com a Comissão Europeia, as avaliações intercalares de todos os programas dos fundos estruturais terminaram no final de 2003, conduzindo à revisão intercalar dos programas e à atribuição da reserva de eficiência (*ver artigo*) no decorrer de 2004.

### Qualidade

De maneira geral, estas avaliações são qualitativamente superiores às avaliações dos fundos estruturais efectuadas no passado e forneceram alguns excelentes exemplos de boas práticas. Foram atribuídos recursos mais significativos para esse exercício (mais de 35 milhões de euros para as regiões dos objectivos n.ºs 1 e 2) e a qualidade da iniciativa e da parceria, nas regiões e com a Comissão, repercutiu-se na qualidade do trabalho.

As fraquezas identificadas estão associadas aos prazos rígidos fixados para a entrega de todas as avaliações (certos programas, concluídos tardiamente, apresentavam poucas actividades avaliáveis), à dimensão das avaliações (oito questões para cada uma das medidas e prioridades) e, em certos casos, a problemas de ordem metodológica (ausência de investigação prévia, inconsistência da análise, etc.).

### Resultados das avaliações

Embora seja difícil sintetizar os resultados de um leque tão vasto de programas, é possível, com base nas avaliações efectuadas, tirar as seguintes conclusões gerais:

- > os avaliadores concluíram, em quase todos os casos, que as **estratégias** dos programas continuavam a ser **adequadas**;
- > era, frequentemente, **demasiado cedo** para avaliar a **eficácia** dos programas, devido ao seu início lento ou tardio. No que diz respeito ao dispositivo de acompanhamento, na maioria das vezes foi necessário redefinir os indicadores e os alvos;
- > era também **demasiado cedo**, na maioria dos casos, para avaliar o **impacto** dos programas, ainda que, à luz dos primeiros anos de aplicação, os avaliadores tenham recomendado, em determinados casos, a revisão dos objectivos. O modelo macroeconómico utilizado para os grandes quadros comunitários de apoio (QCA) sugere que os programas estão **em vias de alcançar** os seus objectivos gerais;
- > na maioria dos casos, a eficácia foi avaliada mais em termos de absorção financeira do que em termos de custo por realização ou resultado. As exigências da regra  $n+2$  (²)



A arte de marchetaria — Actividade apoiada no âmbito do Plano Tecnológico Regional do País de Gales (Reino Unido) co-financiado pelo FEDER

levaram a uma **melhoria visível da execução financeira** em relação ao passado;

- > as avaliações revelaram a urgência de **melhorar a quantificação dos objectivos**;
- > os **procedimentos de execução** foram considerados ajustados às obrigações regulamentares e **sensivelmente melhores** do que no passado.

Mesmo que as avaliações intercalares não se destinassem a avaliar a contribuição dos fundos estruturais para as prioridades de Lisboa, é possível identificar certos resultados nessa perspectiva:

- > relativamente aos **transportes e acessibilidades**, as avaliações revelaram importantes progressos em matéria de grandes projectos rodoviários e ferroviários. Os projectos de desenvolvimento de portos e aeroportos e as iniciativas locais de transporte estão a progredir, muito embora essa progressão seja frequentemente mais lenta;
- > os fundos estruturais participam na **economia do conhecimento** apoiando a cooperação entre institutos de investigação e empresas, entre redes de empresas e centros de investigação, bem como o acesso à banda larga, as estratégias regionais de inovação, a formação dos investigadores e projectos de investigação aplicada. São apoiadas numerosas iniciativas e abordagens inovadoras, mas algumas delas levam mais tempo a concretizar do que outras;
- > fomenta-se a **capacidade de empreendimento** através de ajudas à criação de empresas (*start-ups*), às empresas inovadoras, pequenas ou grandes, ao desenvolvimento

(¹) A avaliação intercalar nas regiões dos objectivos 1 e 2 — Capacidade de avaliação crescente. Novembro de 2004. Acessível no sítio web: [http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/tech\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/evaluation/tech_en.htm).

(²) Segundo a esta regra, a parte financeira anual de um programa co-financiado pelos Fundos deve ser liquidada antes do final do segundo ano subsequente ao ano da autorização («n» representa o ano de autorização), e os créditos não utilizados, salvo excepção, são automaticamente anulados.



Salisburgo (Áustria) — A associação *Frau und Arbeit* (A mulher e o trabalho) apoia as mulheres que desejam criar a sua própria empresa

de parques de empresas, aos serviços de aconselhamento e à criação de fundos especiais de capital de risco. Muitas destas intervenções são induzidas pela procura e, se o seu avanço é mais lento do que previsto, isso deve-se ao abrandamento geral da economia verificado nos primeiros anos dos programas;

- > a promoção **da inclusão social** é outra dimensão importante da maioria dos programas dos objectivos n.ºs 1 e 2. A maioria das avaliações mostra que os desempenhos neste domínio são satisfatórios ou mesmo superiores às previsões. As acções integradas parecem ser as mais eficazes embora exijam mais recursos;
- > sendo o **ambiente** uma prioridade horizontal dos fundos estruturais, as avaliações mostram como melhorar a integração prática desta prioridade e de que maneira se pode concretizar o conceito **de desenvolvimento sustentável** nos programas. Os fundos estruturais apoiam igualmente acções ambientais directas, inclusive o saneamento de sítios industriais, o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e o acesso à água potável, o tratamento das águas residuais e dos lixos, bem como a criação de zonas protegidas. Em geral, os projectos mais clássicos progredem de acordo com as previsões. Quanto às medidas mais inovadoras, essas levam mais tempo a arrancar.

## Utilização das avaliações

Todos estes resultados tiveram, entretanto, utilidade para a revisão e para a adaptação intercalares dos programas. As avaliações foram sobretudo utilizadas pelas autoridades de gestão, pelas comissões de acompanhamento e pelas estruturas de execução. Em certas regiões do objectivo n.º 1, onde os fundos estruturais têm grande visibilidade, as avaliações incentivaram o debate público entre autoridades políticas e nos meios de comunicação social.

As avaliações tiveram um impacto importante na melhoria das modalidades de execução e, nomeadamente, numa escolha mais cuidadosa dos indicadores, numa maior atenção às prioridades horizontais e na melhoria dos critérios de selecção dos projectos. As alterações efectuadas nas dotações financeiras dos programas foram sobretudo ditadas pela sua capacidade de absorção, mas as avaliações tiveram também a sua influência nas decisões tomadas.

Dois elementos básicos influenciaram a utilização das avaliações intercalares:

- > **a qualidade das avaliações:** há uma tendência para utilizar prioritariamente as avaliações de qualidade superior que tenham utilizado metodologias rigorosas, apresentado claramente os resultados e conduzido a recomendações precisas;
- > **a parceria envolvida activamente na condução da avaliação:** as avaliações foram mais frequentemente utilizadas quando a autoridade de gestão e a comissão de acompanhamento se interessaram pelos resultados da avaliação e nela participaram, fornecendo informações e dialogando com os avaliadores, sem interferir na sua independência.

## Uma crescente capacidade de avaliação

A Comissão considera que a avaliação intercalar revelou uma maior competência das administrações responsáveis pelos fundos estruturais em matéria de avaliação, bem como entre os respectivos avaliadores. Agora, é necessário tirar partido desta experiência e reforçar as capacidades de avaliação em toda a União alargada. No futuro, será necessário caminhar para uma avaliação mais próxima das necessidades, na qual as autoridades de gestão e as comissões de acompanhamento virão a assumir uma maior responsabilidade na identificação das áreas em que a avaliação traz mais-valias. A avaliação tornar-se-á, assim, num instrumento de gestão mais integrado e capaz de contribuir para melhorar o desempenho dos programas.

Para saber mais, consultar a página Internet:

[http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/tech\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/evaluation/tech_en.htm).

## País de Gales: quando a avaliação melhora as práticas administrativas

**A experiência dos programas anteriores mostrou que era necessário reforçar os dispositivos de acompanhamento e de avaliação. O País de Gales já aplica este princípio e avalia tanto a execução como os resultados obtidos, por forma a maximizar as oportunidades e o impacto dos fundos estruturais.**

O objectivo primordial da abordagem de execução é garantir o sucesso de bons projectos. O País de Gales utiliza assim, desde o início do processo, sistemas de avaliação e de acompanhamento sólidos.

A avaliação intercalar confirmou que era necessário completar esta abordagem através de contactos regulares com os promotores de projectos e harmonizar procedimentos. Às modalidades de candidatura deu-se uma orientação «mais voltada para o cliente» e criou-se um acompanhamento para os promotores de projectos. Um inquérito recente de satisfação confirmou que a simplificação dos processos e a abordagem «orientada para o cliente» davam bons resultados.

A avaliação de temas transversais (emprego, igualdade de oportunidades, ambiente, etc.) foi também reforçada na fase de selecção dos projectos e, em seguida, na fase de acompanhamento e identificação de boas práticas. Assim, logo que o dossiê é apresentado, uma equipa de conselheiros especializados em temas transversais começa a trabalhar com o candidato para que ele integre estes temas no seu projecto.

Para retirar eventuais boas práticas, procede-se a uma observação atenta dos projectos que incidem particularmente sobre os temas transversais. O projecto «Genesis» é um bom exemplo deste trabalho: ao subsidiar serviços de infantário para as mulheres que desejam trabalhar ou seguir uma formação, este projecto favorece simultaneamente a actividade económica das mulheres e a revitalização da zona de intervenção. As beneficiárias têm também acesso a um serviço de consultoria socioprofissional. Considerado como uma boa prática, o projecto está actualmente a ser executado noutras regiões do País de Gales.

**Contacto:** [enquiries-wefo@wales.gsi.gov.uk](mailto:enquiries-wefo@wales.gsi.gov.uk).



## Prémio ao desempenho

A «reserva de eficiência» é uma inovação do período 2000-2006: foram reservados 4% do montante dos fundos estruturais atribuídos a cada Estado-Membro, no início da programação para afectação, a meio do percurso, a programas bem sucedidos.

É a primeira vez que a atribuição de subsídios financeiros dos fundos estruturais depende do desempenho dos programas. Esta reserva de eficiência, que equivale a um montante de 8 mil milhões de euros, foi desbloqueada pela Comissão Europeia em 23 de Março de 2004.

### O que é um programa de sucesso?

O regulamento dos fundos estruturais <sup>(1)</sup> previa que os Estados-Membros avaliassem o desempenho dos seus programas em estreita colaboração com a Comissão, baseando-se num número limitado de indicadores de acompanhamento susceptíveis de medirem a eficácia, a boa gestão e execução do financiamento. Quanto à eficácia, os Estados-Membros identificaram um conjunto limitado de indicadores de realização e de resultados e definiram objectivos ligados ao desempenho a meio do percurso. Os critérios de ordem financeira e de gestão eram, por seu lado, comuns à maior parte dos Estados-Membros e incluíam indicadores e objectivos ligados ao acompanhamento, à avaliação, ao controlo e selecção dos projectos, bem como à execução financeira.

No final de 2003, os Estados-Membros avaliaram o desempenho dos seus programas e apresentaram à Comissão propostas de distribuição dos recursos. Intensos debates levados a cabo num curto período de tempo conduziram a acordos sobre os montantes a atribuir. A Comissão insistiu que os subsídios deviam respeitar os princípios de transparência e de equidade e corresponder a desempenhos objectivamente mensuráveis. Na maior parte dos casos, a Comissão aceitou as propostas dos Estados-Membros, noutros, porém, pediu um complemento de informação sobre o método utilizado. As discussões com os Estados-Membros conduziram, nalguns dossiês, à mudança na repartição de montantes entre programas.

### Atribuição dos recursos

No total, mais de 90% dos programas dos objectivos n.ºs 1 e 2 receberam a sua quota-parte da reserva de eficiência, o que confirma não só o sucesso da aplicação dos fundos estruturais, como também uma melhoria significativa no desempenho dos programas em relação aos períodos de programação anteriores.

- Quase 80% dos programas do objectivo n.º 1 receberam fundos provenientes da reserva, alguns numa percentagem inferior a 4% da sua verba inicial, mas outros numa percentagem superior. A Grécia foi o país mais rigoroso nas suas propostas, excluindo 10 programas, ao passo que na Espanha, na Irlanda e em Portugal, alguns programas não receberam nada. Na Grécia, os subsídios da reserva de eficiência variaram entre 1,3% e 16,9% do total das autorizações, e, na Itália, entre 2,3% e 7,2%. Na Irlanda, o subsídio foi todo atribuído a um único programa (infra-estrutura económica e social).

- Exceptuando alguns programas de assistência técnica, todos os programas do objectivo n.º 2 receberam parte da reserva. Aqui, o rácio dos subsídios é muito mais estreito e reflecte o bom desempenho dos programas na obtenção dos seus objectivos. Os maiores rácios verificaram-se em França, onde as dotações representaram entre 2% e 6,5% das autorizações, e na Inglaterra, cujo rácio vai de 4,02% a 5,96%.



A UE co-financiou diversas medidas de desenvolvimento económico à volta da nova estação de TGV de Liège (Bélgica)

### As boas práticas de gestão são recompensadas

A distribuição dos recursos é apenas um aspecto da questão. O facto de tantos programas receberem subsídios significa que eles realizaram os seus objectivos, mas reflecte também que as regiões da UE controlam melhor a gestão dos fundos estruturais. O facto de ligar os subsídios financeiros a critérios de boa gestão teve um impacto positivo em termos de absorção dos fundos, da selecção dos projectos, do acompanhamento, da avaliação e do controlo financeiro.

### Primeiro balanço do instrumento

A Comissão analisou esta primeira aplicação da reserva de eficiência nas regiões dos objectivos n.ºs 1 e 2 <sup>(2)</sup>. Nos três tipos de indicadores utilizados (relacionados com a eficácia, o desempenho financeiro e a gestão), a dificuldade em identificar correctamente indicadores de eficácia e em fixar objectivos dificultou, por vezes, a avaliação do desempenho dos programas baseada nestes critérios. Se o desempenho financeiro é melhor e os níveis de despesas são mais elevados do que no passado, isso deve-se principalmente à regra N+2. Da análise pode-se concluir que os critérios de gestão foram os mais eficientes e influenciaram positivamente o desempenho dos programas.

### Avaliar o desenvolvimento socioeconómico

A Comissão Europeia publicou recentemente, na Internet e em inglês, o novo Guia de Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico. O instrumento, cujo acesso e utilização são livres, está baseado na experiência do programa MEANS, centrado na metodologia da avaliação. Os responsáveis têm a intenção de actualizar regularmente o guia e de explorar a possibilidade de tornar interactiva uma parte do sítio web, a fim de favorecer o intercâmbio de experiências e de boas práticas entre os avaliadores e aqueles que requisitam as avaliações. <http://www.evaled.info>.

<sup>(1)</sup> Artigo 44.º do regulamento n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, que estabelece as disposições gerais sobre os Fundos estruturais.

<sup>(2)</sup> Relatório sobre a reserva de desempenho intercalar nas regiões dos Objectivos 1 e 2, 27 de Julho de 2004. Acessível no sítio web: [http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/tech\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/evaluation/tech_en.htm).



Östra Mellansverige (Suécia)

## Em prol de projectos sustentáveis

**Fredrik Eliasson**, Conselho Municipal do Condado de Örebro, programa do objectivo n.º 2 para a Suécia oriental

Desde que lançámos o nosso programa de objectivo n.º 2, há cinco anos, tivemos de efectuar mudanças em termos de dimensões ambientais, de igualdade entre homens e mulheres e de inclusão social dos imigrantes. Estas questões são componentes «horizontais» do programa. Por outras palavras, qualquer projecto financiado deve integrá-las nos seus objectivos e actividades.

Todavia, a avaliação intercalar do programa revelou que estas prioridades horizontais eram frequentemente mal integradas nos projectos, contrariamente aos objectivos de crescimento que eram tidos em devida conta. Regra geral, é fácil encontrar projectos específicos sobre ambiente, igualdade entre homens e mulheres ou inclusão social, mas é muito mais difícil encontrar bons projectos de desenvolvimento económico que incluam estes temas nas suas actividades correntes.

Pensamos que esta insuficiente atenção prestada às prioridades horizontais tem como causa quatro elementos: o estatuto destas prioridades, o conhecimento e a informação sobre estas temáticas, a sua inclusão no projecto e a sua definição mais ou menos precisa.

Foi por isso que concentrámos todo o nosso esforço nestes elementos.

### > Melhorar o estatuto das prioridades horizontais

A primeira causa do problema está no facto de frequentemente se conceder um estatuto menos importante às prioridades horizontais do que ao objectivo global do projecto, nomeadamente a sua contribuição directa para o desenvolvimento. Na nossa qualidade de autoridade de gestão, entendemos que é importante dar maior relevo a estas questões.

Há que fazer passar esta mensagem. Os nossos métodos de avaliação revelam um interesse especial em projectos que tenham em conta, realmente, as prioridades horizontais. Daqui em diante, os projectos que não prevejam contribuir activamente para, ao menos, uma destas prioridades, não poderão beneficiar de financiamento.

### > Melhorar o conhecimento e a informação

Em matéria de ambiente, de igualdade entre homens e mulheres ou de inclusão social, é difícil tomar boas decisões sem ter um conhecimento abrangente. É por isso que os promotores do programa do objectivo n.º 2 para a Suécia oriental (como também para a maioria dos outros programas suecos dos fundos estruturais) receberam formação sobre estas temáticas. É necessário que cada gestor possa propor soluções concretas aos promotores de projectos. Além disso, elaborámos um guia que explica aos promotores de projectos, em termos simples, como integrar as prioridades horizontais no seu trabalho diário.

### > Incluir as prioridades horizontais desde o início

Vários projectos só consideram as prioridades horizontais nas últimas fases de programação das actividades, o que, muitas vezes, conduz a medidas artificiais ou inadaptadas. Numa fase tão tardia da programação, deixa de haver lugar para uma integração natural destas prioridades. Para evitar esta situação, abordamos essa questão logo nos primeiros contactos com o beneficiário.

### > Definir explicitamente e com precisão as prioridades

É necessário fazer com que as prioridades horizontais sejam consideradas tão importantes como as demais prioridades do programa. Para isso, a experiência mostra a importância de inserir explicitamente as prioridades horizontais no planeamento dos projectos. Uma definição precisa das prioridades simplifica o acompanhamento da realização dos objectivos e permite também ser mais exigente. Mas, evidentemente, convém evitar que estas exigências sejam entendidas como entraves à realização do projecto, mas antes vistas pelo beneficiário como um contributo para o desenvolvimento e o crescimento da sua região.

### > Desenvolvimento sustentável e interesse bem compreendido

Verifica-se actualmente que o objectivo de crescimento tende cada vez mais a aproximar-se do objectivo de protecção ambiental. Mesmo sendo geralmente aceite que o crescimento económico deve ter o menor impacto possível sobre o ambiente, nós pretendemos ir um pouco mais longe, procurando mostrar aos beneficiários que a preocupação ambiental é uma fonte de recursos susceptível de favorecer a sua actividade. Em contrapartida, os projectos que tenham um impacto negativo sobre o ambiente não devem receber qualquer financiamento, muito simplesmente porque prejudicam o desenvolvimento a longo prazo.

Poderá a nossa abordagem das prioridades horizontais obter resultados? Esperamos que as próximas avaliações mostrem, por exemplo, que há um maior envolvimento dos imigrantes no programa, que as exigências ambientais são assumidas pelos beneficiários como factores de desenvolvimento económico, ou ainda que as mulheres participam nos projectos em pé de igualdade com os homens. Verifica-se desde já que a percentagem de mulheres que ocupam um posto de direcção nas empresas criadas com o apoio dos fundos estruturais é claramente superior à observada noutras empresas do mesmo sector. Mas eu evitaria, por enquanto, atribuir essa evolução às boas práticas instauradas em torno das prioridades horizontais.

**Contacto:** [Fredrik.Eliasson@t.lst.se](mailto:Fredrik.Eliasson@t.lst.se).



A construção da Formen Hus «Casa da Forma» só utilizou materiais ecológicos



## ALEMANHA

### Um «mordomo electrónico» para os fundos estruturais na Saxónia-Anhalt



**Custo total:** 300 000 EUR  
**Contribuição da UE:** 300 000 EUR

«Desenvolvido pelo estado federal da Saxónia-Anhalt, o sistema de gestão 'efReporter' permite não só transmitir informações por via electrónica como controlar os instrumentos de apoio financeiro e acompanhar os projectos em todas as fases de gestão dos programas operacionais. O dispositivo permite interação e inclui diferentes módulos que correspondem às fases de progressão do projecto: tratamento do pedido, plano financeiro e inserção dos dados necessários à avaliação. O 'efReporter', cuja fase piloto já terminou, está a ser explorado em pleno pelo estado federal da Saxónia-Anhalt. Sendo possível a sua utilização noutras regiões europeias, o sistema já sofreu adaptações e foi adoptado por vários estados federais alemães elegíveis para o objectivo n.º 1.»

**Jürgen Biernath**, *Ministério das Finanças da Saxónia-Anhalt*  
[biernath@mw.lsa-net.de](mailto:biernath@mw.lsa-net.de)

## REINO UNIDO

### Creggan Enterprises Ltd



**Custo total:** 627 000 EUR  
**Contribuição da UE:** 314 000 EUR

«A Creggan Enterprises Ltd (CEL) é uma agência de desenvolvimento local fundada em 1994 para apoiar a revitalização socioeconómica de Creggan. Creggan é uma das mais antigas cidades de habitação social (HLM) da Irlanda do Norte e considerada como uma das mais desfavorecidas da região, dado ter sofrido imenso nos 30 anos de conflito norte-irlandês. A CEL comprou os edifícios de uma antiga fábrica, encerrada em 1997 (perto de 600 postos de trabalho suprimidos nessa altura), cobertos de 'graffiti' partidários, e renovou a estrutura para disponibilizar instalações para novas empresas ou empresas em expansão, criando empregos susceptíveis de contribuir para a revitalização em curso da zona.»

**Maeve Hamilton**, *responsável*  
[maeve.hamilton@detini.gov.uk](mailto:maeve.hamilton@detini.gov.uk)

## FRANÇA

### Nicéphore Cité, plataforma de recursos e de intercâmbio em imagem e som



**Custo total:** 7 000 000 EUR  
**Contribuição da UE:** 3 500 000 EUR

«Para favorecer o desenvolvimento do Sul da Borgonha, a comunidade urbana de Chalon-sur-Saône decidiu utilizar a cultura e o saber-fazer da cidade, berço da fotografia, para criar um pólo internacional de tecnologias da imagem, do som e da realidade virtual. A instauração da 'Nicéphore Cité' tem por objectivo desenvolver a utilização de tecnologias numéricas em diversos sectores: engenharia (automóvel, aeronáutica, energia nuclear, etc.), património, arquitectura, medicina, audiovisual e jogos de vídeo. O centro reúne um grande número de actividades: imagem em três dimensões, pós-produção em alta definição, efeitos especiais de vídeo, filme em relevo, gravação, criação sonora, conservação e gestão de bases de imagens, etc. Apoiando-se numa vasta rede de parceiros, a Nicéphore Cité gere um ciclo completo que vai da inovação até ao desenvolvimento do produto, passando por todas as fases da transferência de tecnologia e da criação de empresas. É dado particular relevo ao acompanhamento dos promotores de projectos.»

**Michel Drouet**, *director*  
[contact@nicephorecite.com](mailto:contact@nicephorecite.com) ([www.nicephorecite.com](http://www.nicephorecite.com)).

## GRÉCIA

### Facturas da água para divulgar o URBAN



**Custo total:** 393 653 EUR  
**Contribuição da UE:** 294 240 EUR

«A entidade de gestão do URBAN quis informar o grande público sobre os diferentes projectos de desenvolvimento urbano executados em Komotini, na fronteira com a Turquia e a Bulgária. As autoridades municipais de Komotini tiveram então uma ideia original: distribuir um folheto URBAN com as facturas da água, uma maneira eficaz e económica de contactar todos os habitantes da cidade. Foram assim enviados cerca de 20 000 exemplares do folheto à companhia municipal de abastecimento de água para serem inseridos no envelope das facturas da água do mês de Novembro de 2003. Tendo em conta as diferentes comunidades culturais presentes em Komotini, o folheto foi produzido em duas versões: uma versão só em língua grega e a outra em três línguas (grego, turco e russo).»

**Kiki Manola**, *directora da entidade de gestão URBAN na Grécia*  
[urbansite@mou.gr](mailto:urbansite@mou.gr)

República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia

## Os países do Grupo de Visegrado cooperam na avaliação

**Eva Pířová**, directora da Unidade Checa de Avaliação dos Fundos Estruturais, **David Grolig** e **Michal Kokeš**, chefes de projecto



A adesão da República Checa à União Europeia foi um acontecimento histórico, não só para os cidadãos mas também para os serviços do Estado que tiveram de adoptar uma nova cultura administrativa. Foi neste contexto que se criou a Unidade Checa de Avaliação dos Fundos Estruturais em 1 de Dezembro de 2003.

A Unidade teve de elaborar imediatamente um plano de avaliação, uma tarefa extremamente difícil dado tratar-se de um exercício completamente novo para as pessoas envolvidas, que também não podiam contar com um modelo já elaborado por um outro país de dimensão comparável e capaz de responder a objectivos socioeconómicos semelhantes. Foi assim que, em estreita cooperação com especialistas dos antigos Estados-Membros, representantes da Direcção-Geral da Política Regional e outros parceiros provenientes de geminações, se iniciou a construção de um saber-fazer em matéria de avaliação.

Os outros países do Grupo de Visegrado (Hungria, Polónia e Eslováquia) encontravam-se mais ou menos na mesma situação que a República Checa. Historicamente, estes países pertencem à mesma civilização, partilham as mesmas raízes culturais e têm um nível de desenvolvimento económico comparável. Contrariamente aos outros novos Estados-Membros, que preferiram o documento único de programação (DUP), estes países optaram por uma gestão dos fundos estruturais sob a forma de quadro comunitário de apoio (QCA), que inclui vários programas operacionais.

A partir de Setembro de 2004, a unidade de avaliação checa empenhou-se numa cooperação com os seus homólogos dos outros países do Grupo de Visegrado. Foi organizada uma primeira reunião de trabalho em Valtice, na Morávia Meridional (República Checa), em 2 e 3 de Dezembro de 2004, comemorando assim o primeiro aniversário desta unidade de avaliação. Assistiram à reunião representantes das direcções-gerais da Política Regional e do Emprego da

Comissão Europeia. Para além das propostas da Comissão para o período 2007-2013, foram abordados os seguintes temas: organização da avaliação, concepção do plano de avaliação, riscos e problemas encontrados e possibilidades de cooperação em matéria de avaliação entre países do Grupo de Visegrado.

Esta primeira reunião mostrou que o Grupo de Visegrado está plenamente consciente da importância da avaliação. Por enquanto, as actividades incidem essencialmente sobre o desenvolvimento das competências. Já estão em execução, nos quatro países, os primeiros projectos de avaliação, bem como os projectos destinados a desenvolver as capacidades de avaliação. Relativamente a este assunto, os participantes na reunião admitiram a possibilidade de financiamento conjunto de algumas das actividades ligadas à avaliação, através da medida «assistência técnica» prevista nos programas.

De um modo geral, podemos distinguir três categorias de projectos: os projectos do período de programação actual, os que preparam o período de programação 2007-2013 e os projectos destinados a desenvolver as capacidades de avaliação. Estes últimos encontram-se numa fase já mais avançada.

Todas as unidades de avaliação reconheceram que a incapacidade de encontrar recursos humanos competentes — a nível interno ou externo — poderia prejudicar o sucesso da avaliação. Outro risco importante poderia ser um atraso na realização das avaliações, decorrente da insuficiência de dados de acompanhamento ou de deficiência nos serviços prestados pelos contratantes.

Decidimos pois cooperar no desenvolvimento de capacidades de avaliação de qualidade, na execução de uma boa planificação das avaliações e na instalação de uma conexão dos sistemas de acompanhamento. Outras actividades de cooperação poderão consistir no intercâmbio de informações e experiências na execução dos projectos, nos métodos e na definição de critérios de avaliação. As unidades de avaliação concordaram igualmente em partilhar tanto os bons como os maus exemplos de projectos de avaliação, no intuito de melhorar as práticas utilizadas.

A preparação da próxima reunião foi confiada aos representantes da unidade de avaliação polaca.

**Contacto:** [Eva.Pisova@mmr.cz](mailto:Eva.Pisova@mmr.cz);  
[David.Grolig@mmr.cz](mailto:David.Grolig@mmr.cz).

Participantes na reunião de Valtice





## Optimizar o impacto das ajudas europeias

# Receitas irlandesas

**O país mais pobre da Comunidade Europeia na altura da sua adesão, em 1973, tornou-se, 30 anos depois, num dos Estados mais prósperos da União por ter sabido, entre outras coisas, utilizar as oportunidades oferecidas pelas ajudas europeias. Afinal o que fez progredir tanto os Irlandeses? Que conselhos podem eles dar aos novos Estados-Membros? Uma panóplia de boas práticas.**



A auto-estrada M1 atravessa o estuário de Broadmeadow

O visitante estrangeiro de passagem em Dublin pensa ter regressado aos tempos áureos da década de sessenta. Duas coisas o surpreendem: a idade jovem das centenas de peões que deambulam pelas ruas e passeios da cidade e o número de gruas a apontar o céu da capital irlandesa. Se o visitante for automobilista, poderá ainda acrescentar uma terceira observação: a lentidão da circulação, causada mais pelo engarrafamento crónico da cidade do que pelo carácter pacato e sossegado dos condutores irlandeses.

A Irlanda já não é aquele grande jardim calmo da periferia da Europa que outrora se visitava apenas para ganhar forças. O postal do rebanho de carneiros a bloquear a pequena estrada perante o olhar complacente e divertido do turista em passeio deixou de existir excepto, talvez, nalguns recantos do interior. Por toda a parte, mesmo nas zonas ocidentais e transfronteiriças, muito menos favorecidas do que Dublin, a Irlanda actual assemelha-se a um vasto estaleiro, a um país atarefado em melhorar as suas estradas, remodelar a sua habitação e modernizar os seus serviços... com a ajuda dos fundos europeus.

## Eficiência e eficácia

*«Entre 2000 e 2006, são executados no país 75 projectos FEDER, quatro projectos do Fundo de Coesão, sete projectos transeuropeus de transporte (TEN-T) e três projectos Interreg IIIA», informa Lillian Butler, administradora dos fundos comunitários na National Roads Authority (Autoridade das Estradas Nacionais), as obras públicas irlandesas. «O grande impulso foi o Acto Único», afirma Jim Higgins, coordenador dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão na Irlanda. «Mesmo se elas não explicam todo o nosso sucesso, longe disso, as ajudas regionais foram determinantes para o nosso arranque.»*

Se a Irlanda se tornou estatisticamente num dos países mais ricos da União, é sobretudo porque soube utilizar como autênticas alavancas os fundos comunitários que lhe foram atribuídos: 5,58 mil milhões de euros entre 1994 e 1999 e 4,31 mil milhões entre 2000 e 2006.



Na fábrica de depuração de Ringsend

«Para além dos números, também aprendemos muito com os fundos estruturais», continua Jim Higgins. «A sua gestão permitiu melhorar as práticas nacionais e, sobretudo, a planificação a longo prazo e a avaliação. Teríamos conseguido isso sozinhos, mas levaria muito mais tempo. Temos também a sorte de ser um pequeno país, com uma administração de dimensão humana, que pode contar com estruturas bem rodadas e com redes informais. De certo modo, toda a gente se conhece e isso facilita as coisas... A eficiência, a relação custo-eficácia, a capacidade de execução rápida dos projectos foi o que contou durante muito tempo e o que correu bem. Agora, preocupamo-nos mais com a eficácia: qual é a verdadeira mais-valia do projecto para o cidadão ou o utente?»

Foi a eficácia que levou à construção do «LUAS» («velocidade» em gaélico), o novo eléctrico ultramoderno de Dublin, duas linhas de 9 e 15 quilómetros, abertas em Junho e Setembro de 2004. «O LUAS é um projecto fortemente estruturante», insiste Tom Manning, director de relações públicas da Railway Procurement Agency, que é o dono da obra. «Com cerca de 50 000 passageiros diários, o LUAS contribui para descongestionar a cidade e estabelece a ligação entre diferentes terminais de transportes colectivos de Dublin: estações do Norte e do Sul, comboios de subúrbio do DART e grandes linhas de autocarros. Mas fomenta também a revitalização urbana: desde que começou a circular, os comércio situados ao longo da linha do eléctrico registaram um aumento da clientela de 75% e os edifícios das proximidades aumentaram o seu valor de 15% em três meses.

Por outro lado, as populações mais pobres também beneficiam: os bairros de habitação social (HLM), até então mal servidos, estão agora directamente ligados ao centro da cidade.» Custo do investimento: 775 milhões de euros, dos quais 80 milhões provêm do FEDER. «Pouco mais do que 10%, o que pode parecer modesto, relativiza Tom, mas a contribuição da Europa foi um símbolo, que deu confiança ao projecto e tornou credível a sua rentabilidade.»

A eficácia significa também a concretização, em 2003, de uma das maiores fábricas de depuração da Europa, a Ringsend Wastewater Treatment Works, que é o resultado do Dublin Bay Project, ou seja, um vasto dispositivo de saneamento das águas da baía de Dublin, lançado em 1994. É um investimento de 300 milhões de euros, financiado em 80% pelo Fundo de Coesão, que necessitou, entre outras coisas, da colocação de um adutor submarino de 10,5 km, para ligar a fábrica a uma estação de bombagem situada em Sutton, de outro lado da baía. O complexo trata as águas residuais de uma população de 1,7 milhões de habitantes.

Para além do seu aspecto gigantesco e visivelmente moderno, a fábrica de depuração apresenta todas as características de um «bom» projecto: é tecnicamente inovadora (é a única instalação deste tipo que reúne hidrólise com carbono, processo de digestão de lamas e secadores térmicos) e particularmente económica (10 centimos por m<sup>3</sup>; 8 euros por pessoa e por ano), assegurando 60% das suas necessidades energéticas. O projecto inclui igualmente uma forte dimensão ambiental «transversal»: foi assim criada uma zona relvada de dois hectares para acolher os gansos castanhos que passam por Ringsend. Considera-se que a fábrica permitiu reabsorver 75% das fontes de poluição da baía e, como é uma das raras capitais que tem praia, Dublin espera obter o rótulo europeu de águas balneares para o Verão de 2005.

## Associar a população aos projectos

«Devido à natureza das suas actividades e à sua localização próxima de zonas habitacionais, a gestão de um tal projecto não é fácil», indica Battie White, engenheiro municipal da cidade de Dublin e supervisor do projecto da baía (Dublin Bay Project). «É por isso que vos cito dois princípios importantes subjacentes ao nosso trabalho: efectuamos constantemente análises comparativas com homólogos estrangeiros, na Inglaterra e nos Estados Unidos, e envolvemos a população local já na fase de concepção do projecto.» Battie explica ainda: «Em 2000, criámos, em colaboração com os residentes, grupos de ligação locais, que se reúnem todos os meses para se informarem e exprimirem a sua opinião sobre a execução dos trabalhos e, agora, sobre o funcionamento da fábrica. Foi um risco, mas funcionou: afinal a construção do complexo não provocou nenhuma oposição dos residentes nem nenhuma reacção negativa nos meios de comunicação social.»

Manter a população local informada é uma receita de base também para Jim McGovern, director da West Regional Authority, no noroeste da Irlanda. Jim dirigiu, em Galway (70 000 habitantes), a implantação de uma das 19 novas redes telemáticas de banda larga recentemente instaladas na Irlanda. «É necessário propor às empresas uma infra-estrutura de alta tecnologia por um custo tão competitivo como no leste da Irlanda ou no Reino Unido». Galway representa 57 km de linhas de débito elevado, instaladas por 9,9 milhões de euros, dos quais 8 milhões foram fornecidos pelo FEDER. Durante os trabalhos, realizados entre



Fevereiro de 2003 e Março de 2004, a rádio local fornecia diariamente aos seus ouvintes informações sobre a evolução do projecto. *«Às segundas-feiras, comunicávamos-lhes o plano dos trabalhos da semana. Mas também divulgámos amplamente, por inserção nos jornais, um mapa da rede. Quando as pessoas sabem, por exemplo, o que se vai fazer ou que a sua rua vai ser fechada, e por quanto tempo, ganha-se uma grande parte da sua adesão ao projecto.»*

Tanto mais que a instalação da banda larga em Galway acelerou a de outras infra-estruturas: *«Para não desventrar as ruas várias vezes, aproveitou-se para instalar nas mesmas trincheiras 23 km de condutas de gás e 10 km de cabos eléctricos.»* Foram assim realizadas economias de escala que se repercutiram nos custos. *«Além disso, acrescenta Jim, o governo irlandês comprou os cabos de fibra óptica para as 19 redes, o que permitiu obter melhores preços, mas também atingir um produto acabado idêntico e coerente em todo o país. Uma boa parceria a todos os níveis de decisão é muito importante.»*

### Parceria

Finbarr Breslin pensa também da mesma maneira: *«É necessário ter uma visão prospectiva, pensar a longo prazo e poder contar com uma parceria de intervenientes motivados»*. Nos anos 80, esta religiosa, em colaboração com algumas mães de família da pequena cidade de Mullingar, no condado de Westmeath, no centro da Irlanda, criou uma associação de mulheres que desejavam lançar mão de certos projectos susceptíveis de responder às suas necessidades. A começar por serviços de infantário, extremamente raros na Irlanda, enquanto o número de mulheres trabalhadoras e de famílias monoparentais é cada vez maior. Desde então, a *Women's Community Projects Association* (Millingar) tem sido o barómetro da evolução da condição das mulheres irlandesas nestes últimos 25 anos. A associação organiza formações que, decorrendo ao longo dos tempos, passaram da educação doméstica (1985) para cursos de artesanato e de alfabetização (2004), passando pela confecção de uniformes (1985-1987), por cursos de secretariado, contabilidade e informática (desde 1997) e por cursos de língua inglesa para mulheres imigrantes (desde 2002).



Pequeninos «hóspedes» no infantário de Mullingar

Além de diversos projectos de inserção socioprofissional (co-financiados, nomeadamente, pela iniciativa comunitária EQUAL) e de serviços de proximidade (refeições ao domicílio, aconselhamento financeiro, etc.), a associação gere hoje uma magnífica estrutura composta por uma creche, um estabelecimento pré-escolar e jardim-de-infância para a escola primária. Levado a cabo em 1997, este projecto foi co-financiado pelo FEDER e pelo FSE, juntamente com cerca de quinze parceiros públicos e privados, o que levou Marcella O'Reilly, uma empregada da associação, a frisar: *«Convém também saber gerir a complexidade, inclusive em termos de engenharia financeira, porque os projectos sociais mobilizam geralmente um grande número de intervenientes e de fontes de financiamento.»*



Tim Guilbraide no «nicho» da Leitrim Design House

### Agrupamento (Clustering)

Transcender a complexidade e romper o isolamento são duas razões de ser da *Leitrim Design House*, uma rede que agrupa cerca de sessenta artistas e artesãos. Este «cluster» dispõe de uma loja instalada no centro da pequena cidade turística de Carrick-on-Shannon. Graças a diversos fundos e programas europeus (EQUAL, PEACE, Interreg, etc.), bem como ao FAS, o organismo nacional para a formação, estes produtores artesanais têm acesso a um leque de serviços (formação, promoção, comercialização, intercâmbio, geminações, etc.) e beneficiam de um acompanhamento personalizado. *«É quase como um tapete rolante»*, explica Tim Guilbraide, chefe de projecto: *«para enfrentar o mercado, o produtor começa praticamente sem nada e, pouco a pouco, o seu projecto profissional vai crescendo até ao dia em que deixa de ter necessidade de ser acompanhado e pode mesmo transmitir a sua experiência aos outros membros do cluster.»*

«O agrupamento dos intervenientes vindos do mesmo sector é algo de muito importante em meio rural, onde os produtores têm tendência ao individualismo», recorda Joe Lowe, director do Leitrim County Enterprise Board, o conselho de empresas do condado, que apoia anualmente entre 30 e 35 projectos económicos. «O agrupamento (clustering) favorece o intercâmbio, a informação e a emulação, que são elementos essenciais ao sucesso comercial. Nós calculamos que a criação desta rede de artífices tenha originado a criação de uma centena de empregos.»

Mais do que uma palavra em voga, «cluster» é, na Irlanda, um conceito que ultrapassou o círculo da empresa, para se generalizar e ser aplicável a todas as forças vivas de um território. Entre Carrick-on-Shannon e Boyle, ao longo do braço de mar Key, estende-se um magnífico domínio aristocrático que o Estado irlandês tinha adquirido em 1957 para o transformar num local de atracção turística familiar. Mas, por falta de investimentos adequados, este local foi-se degradando até cair em desuso. «Foi feita uma sondagem junto da população, das associações e dos profissionais do turismo e constituíram-se grupos de reflexão para identificar as necessidades locais e coligir o máximo de ideias para valorizar este local excepcional», exprime Neil Armstrong, director turístico no conselho municipal do condado de Roscommon.

Desta consulta colectiva resultou a transformação, daqui até 2007, do Lough Key Forest Park num centro de lazer moderno, baseado num «cluster de actividades» (sic) sobre o modelo de jogos de aventuras televisivos como «The Crystal Maze» ou «Fort Boyard». Custo: 8 milhões de euros, com a participação do FEDER. Impacto em termos de emprego: uma dezena de postos de trabalho a tempo inteiro e uma vintena a tempo parcial. «Mas há que ter cuidado, avisa Neil, porque o importante é a continuidade: em turismo, como noutros domínios, é mais fácil criar uma atrac-

ção do que mantê-la. Sobretudo porque será necessário inovar constantemente e, ao mesmo tempo, controlar o modernismo desenfreado, porque as tecnologias tornam-se rapidamente obsoletas.»

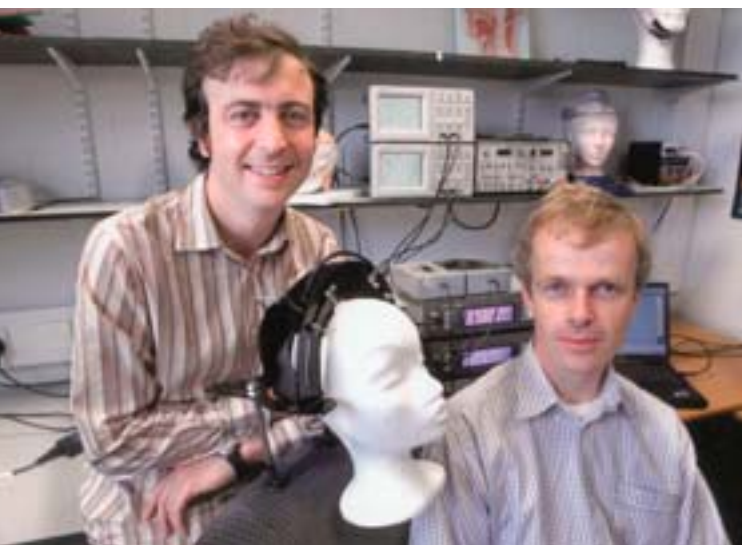
## Investigação e inovação

Os centros de produção caem igualmente em desuso. Se o «tigre céltico» continua de vento em popa (mais de 6% de crescimento do PIB em 2004), a Irlanda começa também a ver certas actividades, que estão na base do seu sucesso, deslocarem-se para outros horizontes, até porque a sua economia depende imenso das sociedades multinacionais. O aparelho produtivo irlandês deve, por conseguinte, melhorar a sua gama e apostar em sectores de elevado valor acrescentado. Aqui como noutros lugares da Europa, a estratégia de Lisboa é de extrema importância. «E na nossa região descentrada, que ficou muito aquém da expansão de Dublin, isso passa necessária e primordialmente pela educação», declara Constance Hanniffy, presidente da assembleia regional de Border, Midland & Western (BMW), a região irlandesa do objectivo n.º 1. «A Irlanda inscreve-se completamente no espírito de Lisboa», confirmam Gerry Finn e Kieran Moylan, respectivamente director e director adjunto para a região BMW. «Estamos a passar do apoio directo às empresas para um apoio mais indirecto, voltado para a investigação e a inovação.»

Com efeito, em cinco anos, o «bom aluno da Europa» multiplicou por 10 os fundos públicos atribuídos aos investigadores: de 20 milhões de euros antes de 2000, o esforço nacional anual passou para cerca de 200 milhões. «Mas isso só representava 1,12% do PIB em 2003 e, sem as ajudas disponibilizadas pelos grandes instrumentos como o PRTL<sup>(1)</sup> ou o FEDER, seria muito difícil às instituições de média dimensão como a nossa desenvolverem as actividades de investigação», esclarece Jason Twamley, decano da investigação na Universidade Nacional da Irlanda em Maynooth, que se equipou em 2003 com um novo pavilhão para biociências e engenharia electrónica. O FEDER financiou cerca de um terço dos 16,1 milhões de euros que custou a infra-estrutura.

Mas, nestes tempos incertos para a coesão e a competitividade a longo prazo da Europa, que conselho poderá dar o coordenador dos fundos estruturais na Irlanda aos seus homólogos dos novos Estados-Membros? Jim Higgins responde a esta pergunta: «Privilegiar os bens públicos, concentrar os investimentos na formação, educação, investigação, infra-estruturas e serviços que beneficiam toda a sociedade e correspondem ao interesse geral. As ajudas destinadas exclusivamente ao sector privado têm objectivos extremamente limitados.»

As autoridades de gestão irlandesas publicaram, em Março de 2004, um excelente guia de implementação e administração dos fundos estruturais e de coesão da União Europeia na Irlanda — *Guide to the Implementation and Administration of EU Structural and Cohesion Funds in Ireland* — que pode facilitar a condução de projectos financiados pelos fundos comunitários, graças à sua apresentação clara e completa. [csfinfo@csfunits.irlgov.ie](mailto:csfinfo@csfunits.irlgov.ie).



Tomás Ward e Charles Markham no laboratório do centro universitário de Maynooth, beneficiário do FEDER. Os dois investigadores criaram um aparelho que permite transformar os fluxos neurológicos do cérebro em sinais.

<sup>(1)</sup> Program for Research in Third Level Institutions (Programa de Investigação em Instituições de Terceiro Grau).



Valónia (Bélgica)

## «Trocar boas práticas de gestão entre regiões»

Luc Hougardy, Ministério da Região da Valónia, Direcção dos Programas Europeus



É forçoso constatar que as regiões preferem antes comunicar sobre as realizações concretizadas do que sobre o modo de gestão dos documentos de programação.

No entanto, a maneira de responder às exigências fixadas na regulamentação europeia nesta matéria, influencia fortemente a execução dos programas, tanto ao nível da eficácia como da eficiência. Sendo assim, revelou-se particularmente interessante o lançamento de uma experiência-piloto no intuito de descobrir sistemas de gestão, de acompanhamento e de controlo utilizados noutras regiões da Europa e poder assim iniciar um processo de troca de boas práticas e de comparação de desempenhos, que permitisse avaliar até que ponto seriam susceptíveis de transferência para a Região da Valónia.

É esta a aposta do projecto realizado por iniciativa da Região da Valónia pela Direcção dos Programas Europeus, responsável, no Ministério da Região da Valónia, pela execução dos sistemas de gestão, acompanhamento e controlo dos programas essencialmente co-financiados pelo FEDER.

Participaram neste intercâmbio cinco outras regiões (Região de Ródano-Alpes (França), Piemonte e Ligúria (Itália), Este da Inglaterra (Reino Unido) e Maastricht (Países Baixos). A organização geral foi confiada a um consultor externo e o co-financiamento foi assegurado pelo FEDER no âmbito da assistência técnica do objectivo n.º 2.

Para lá das ilações tiradas a partir da comparação dos sistemas, convém notar que as visitas efectuadas permitiram também criar um contacto directo com os nossos parceiros. Foi-nos assim possível visitar directamente os nossos homólogos franceses (Conselho Regional e Prefeitura da Região de Ródano-Alpes) e italianos (Departamento da Indústria do Piemonte e Departamento dos Assuntos Europeus da Ligúria). E foi também particularmente interessante saber que as outras regiões enfrentam frequentemente as mesmas dificuldades.

No final deste intercâmbio, verificou-se claramente que os sistemas instaurados na Região da Valónia eram vistos favoravelmente pelos nossos homólogos europeus. Entre outras, foram especialmente sublinhadas duas boas práticas do sistema valão:

> *o processo de selecção*: a Região da Valónia criou um grupo de trabalho independente, composto por universitários e industriais das zonas envolvidas pelo objectivo n.º 2, incumbido de formular recomendações ao governo da Valónia para o ajudar a seleccionar os projectos, verificando a

sua adequação com as estratégias definidas no documento único de programação (DUP);

> *o sistema informático* de acompanhamento dos programas, que permite um acompanhamento em linha dos projectos co-financiados.

Verificou-se, além disso, que em certas áreas (autorização de pagamento, relatórios anuais sobre as medidas de divulgação, sobreposição dos níveis de controlo, etc.), os sistemas instalados na Região da Valónia eram superiores aos sistemas desenvolvidos noutras regiões.

No que respeita aos nossos parceiros, as práticas identificadas como mais interessantes e que poderiam vir a ser integradas, total ou parcialmente, no sistema valão são as seguintes:

> no Piemonte, um sistema de «overbooking», que utiliza financiamentos nacionais atribuídos aos programas em curso, permite ultrapassar os orçamentos FEDER previstos e constitui desta maneira uma reserva para contrabalançar o abandono de outros projectos. Graças a este sistema, a taxa de execução final pôde ascender a 99% no período de programação 1994-1999. Outra prática interessante, a chamada «Chronoprogramme», que foi introduzida para evitar possíveis abandonos após dois anos, a título da regra «N+2», atribui bonificações (em função da taxa de intervenção) aos projectos quando os prazos de realização são respeitados e penalizações no caso contrário;

> no Leste da Inglaterra, a utilização **das agências locais** (Local Area Groups) e de **facilitadores** para ajudar os operadores a montar e a acompanhar os seus projectos. Visitas trimestrais ao terreno permitem ajudar os operadores a executar o seu projecto e a assegurar um bom acompanhamento operacional das acções empreendidas.

Para concluir, mesmo que esta experiência já tenha sido extremamente enriquecedora, esperamos ainda que os contactos estabelecidos nos possam ajudar na abordagem dos novos regulamentos em matéria de gestão e de controlo para o período 2007-2013 e convidamos todas as regiões interessadas a participarem nesta «bolsa» de intercâmbios, a fim de melhorar mais ainda a execução dos programas no âmbito de um processo de simplificação administrativa.

**Contacto:** [l.hougardy@mrw.wallonie.be](mailto:l.hougardy@mrw.wallonie.be).

Tel.: (32)81 33 39 27;

Fax: (32) 81 33 37 44

<http://economie.wallonie.be>

(<http://europe.wallonie.be>)

## Andaluzia (Espanha)



## Um considerável esforço de cooperação e coordenação entre todos os intervenientes

Direcção-Geral dos Fundos Comunitários do Ministério da Economia e das Finanças de Espanha

A Andaluzia, uma das maiores e mais povoadas regiões da Europa, beneficia do programa dos fundos estruturais mais importante, em termos financeiros, do período de programação em curso. Para o período 2000-2006, o Programa Operacional Integrado da Andaluzia (POIA — objectivo n.º 1) recebeu dos fundos estruturais uma ajuda de 7 840,414 milhões de euros para um investimento total de 11 288 milhões. Após a atribuição, em 2004, da «reserva de eficiência» às medidas mais eficazes, a ajuda atinge 8 186 milhões de euros para um custo total de 12 026 milhões. O POIA é executado sob a responsabilidade de diferentes organismos da administração geral do Estado e do governo (*Junta*) da Andaluzia.

Resumidamente, a estratégia consiste em recuperar os atrasos da região em matéria de infra-estruturas indispensáveis ao seu desenvolvimento, intensificando ao mesmo tempo os investimentos na competitividade das estruturas de produção, nos recursos humanos e no emprego, merecendo especial atenção a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a sociedade da informação.

A avaliação intercalar confirma a validade desta estratégia, uma vez que a situação da região não sofreu mudanças substanciais susceptíveis de exigirem uma revisão. Foi levado a efeito um importante esforço de cooperação e coordenação entre todos os beneficiários: autoridades responsáveis pela programação, autoridades locais e agentes económicos e sociais. Esta parceria conduziu a um programa bem concebido, coerente com outros documentos de programação a nível regional e nacional, com as prioridades da UE, os programas pluri-regionais, as Iniciativas comunitárias e as Acções inovadoras. A avaliação mostra, além disso, que o POIA contribuiu nitidamente para impulsionar o processo de convergência económica real da Andaluzia.

Dois dispositivos, introduzidos nos regulamentos do período 2000-2006 dos fundos estruturais para ligar as ajudas aos resultados, favoreceram a realização dos objectivos: a «reserva de eficiência», já referida, e a regra «n+2», de anulação automática dos créditos não gastos no período de dois anos.

Além disso, a elaboração de programas integrados permitiu reforçar os mecanismos de coordenação entre programas e tirar melhor partido das potenciais sinergias. As actividades de acompanhamento e de avaliação foram também melhoradas. Convém sublinhar neste aspecto o estabelecimento de indicadores diferenciados para o acompanhamento de numerosas medidas da prioridade «igualdade de oportunidades», bem como para a aplicação de grandes projectos de infra-estruturas ambientais. É o resultado de um trabalho importante de consciencialização realizado no

período anterior — mesmo que o objectivo não tenha sido plenamente alcançado —, através das jornadas organizadas pelas instituições competentes com vista a integrar nas diversas medidas os princípios de igualdade de oportunidades e de respeito pelo ambiente.

De acordo com os dados de Dezembro de 2004, o POIA apresenta uma taxa de execução financeira de 72% para os anos 2000 a 2004 e de 51% para o período 2000-2006, o que é muito satisfatório, tendo em conta os anos que restam e que, face à experiência, dão sempre lugar a progressos significativos. Esta média de 72% é ultrapassada em três prioridades: competitividade e tecido produtivo (79%), recursos humanos (84%) e redes de transporte e de energia (92%). Os eixos «ambiente, meio natural e recursos hídricos», assim como «agricultura e desenvolvimento rural», representam apenas uma taxa de execução de 43%.

Concretamente, podem ser mencionados alguns números para as prioridades seguintes:

- > **competitividade e tecido produtivo:** 6 550 ajudas concedidas, 11 172 auto empregos criados, 9 054 empresas beneficiárias, 5 524 milhões de euros de investimento privado, 129 PME que exportam pela primeira vez;
- > **sociedade do conhecimento (inovação, I&D, sociedade da informação):** 2 327 pessoas (das quais 1 267 mulheres) beneficiárias de uma ajuda à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, 244 projectos de I&D co-financiados para 17 648 investigadores, 24 centros renovados e dotados de equipamentos científicos, 1 913 redes informáticas instaladas nas administrações públicas e utilizadas por 230 438 pessoas;
- > **recursos humanos:** 898 unidades escolares criadas, 68 novos centros de formação e 566 centros renovados, acções de educação alternativa para 24 000 alunos com atraso escolar (dos quais 6 560 são mulheres), apoio à reinserção de 47 000 pessoas no mercado de trabalho, ajudas a 27 606 desempregados de longa duração (dos quais 16 757 são mulheres), ajudas à inserção profissional de 17 766 jovens (dos quais 7 690 são mulheres).

Os projectos de infra-estruturas de transporte, cuja maioria se insere nas redes transeuropeias, estão igualmente em boa via de execução. Por último, há que mencionar a criação de zonas de actividade para as empresas, como as de Alqueria (Huelva), Peral (Arcos de la Frontera, Cádiz), o Parque Joalheiro de Córdova ou o Centro Europeu de Empresa e Inovação do Campus de la Salud, Granada.

### Sítio web e contacto:

<http://www.juntadeandalucia.es/economiayhacienda/fondos/POIA/poia.htm>



## PAÍSES BAIXOS

### Revitalização do velho bairro Norte de Roterdão



**Custo total:** 851 059 EUR  
**Contribuição da UE:** 212 753 EUR

«A Estação do Norte de Roterdão estava desprezada e com um aspecto sinistro. Era um verdadeiro cancro urbano. Foi executado um projecto, em 2002-2004, no âmbito da iniciativa comunitária URBAN II, para transformar a estação e as suas proximidades numa plataforma intermodal de transportes públicos segura, prática e atraente, capaz de facilitar os fluxos de passageiros e mais fácil de gerir. Com esse objectivo, foram realizados vários trabalhos e arranjos: criação de uma zona de acolhimento dos passageiros («Kiss & Ride»); nova iluminação; áreas de estacionamento para táxis, autocarros e bicicletas; passeios; cablagem; instalação de equipamentos que facilitam a combinação dos diversos meios de transporte; nova localização de um quiosque de música; patrulhas de polícia mais frequentes, etc. Graças a este projecto, a Estação do Norte de Roterdão passou por uma autêntica metamorfose e tornou-se num lugar acolhedor, seguro e bem organizado. Esta revitalização deverá, a longo prazo, induzir importantes vantagens socioeconómicas, a começar por uma melhor qualidade de vida no bairro Oude Noorden.»

**Adri Hartkoorn**, director do programa URBAN II «Noord aan de Rotte»

Contacto: [a.hartkoorn@obr.rotterdam.nl](mailto:a.hartkoorn@obr.rotterdam.nl)  
([www.noordaanderotte.nl](http://www.noordaanderotte.nl)).

## PORTUGAL

### Desenvolvimento de novos fármacos de origem natural



**Custo total:** 403 287,68 EUR  
**Contribuição da UE:** 94 431,08 EUR

«O projecto Naturfar, que envolve a Labor Qualitas SA e o Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET), insere-se na cooperação entre institutos de I&D e empresas na área tecnológica da Farmacologia. O objectivo deste projecto é o desenvolvimento de um processo baseado numa tecnologia moderna, a extracção com fluidos supercríticos especialmente adequados à indústria farmacêutica. O projecto deverá permitir o lançamento no mercado de produtos inovadores constituídos por substâncias activas que não sejam objecto de patentes de empresas congéneres. O projecto Naturfar é consequência de uma estratégia de verticalização do negócio de produtos farmacêuticos que até há alguns anos era unicamente de índole farmacêutica para actividades na área de química fina «bulk».

**Francisco Sousa Soares**, gestor do programa operacional «Ciência e Inovação 2010»

Contacto: [Poci2010@poci2010.mcies.pt](mailto:Poci2010@poci2010.mcies.pt).

## DINAMARCA

### Programa de exportação do Norte-Jutlândia



**Custo total:** 3 000 000 EUR  
**Contribuição da UE:** 2 000 000 EUR

«Este programa resulta de um estudo que revelou que as empresas do Norte-Jutlândia dispunham de um potencial de exportação inexplorado, avaliado entre 400 a 500 milhões de euros por ano. O condado do Norte-Jutlândia decidiu actuar. Foi constituído um grupo de interlocutores, especialistas em exportação, para desenvolver este programa, que é actualmente o esforço mais significativo levado a cabo numa região dinamarquesa em matéria de exportação. O programa propõe ajudar os produtores a melhorar a capacidade de venda dos seus produtos no estrangeiro. A ajuda consiste em pôr à sua disposição consultores, cujos honorários são comparticipados em 70% pelos fundos do objectivo n.º 2. Concretamente, estes consultores efectuem estudos de mercado, elaboram estratégias de exportação, etc. A operação deverá permitir criar 354 novos empregos. Daí a decisão tomada pelo Condado de lançar um programa suplementar destinado a cerca de 150 novas empresas.»

**Gitte Madsen**, chefe de projecto, condado do Norte-Jutlândia  
Contacto: [amt.gm@nja.dk](mailto:amt.gm@nja.dk).

## ITÁLIA

### Centros de competência da Campânia



**Custo total:** 237 738 000 EUR  
**Contribuição da UE:** 83 204 500 EUR

«A rede de centros de competência na região da Campânia tem por objectivo difundir o conhecimento, medir as necessidades e transferir a inovação para as PME. Os 10 centros da rede trabalham em sete áreas: análise e acompanhamento dos riscos ambientais; biologia avançada e suas aplicações; protecção e valorização do património cultural e ambiental; produção agro-alimentar; novas tecnologias ao serviço da produção; tecnologias da informação e comunicação (TIC); e transportes. O objectivo final é favorecer a investigação patenteável e a emergência de pequenas e médias empresas baseadas no conhecimento.»

**Maria Adinolfi**, directora, Ministério da Investigação Científica, Estatísticas, Sistemas de Informação e Informática, Região da Campânia  
Contacto: [ricercascientifica2@regione.campania.it](mailto:ricercascientifica2@regione.campania.it).

### Página *web* Inforegio

A página *web* Inforegio fornece um quadro completo da política regional europeia. Para conhecer as últimas informações, consulte a secção «Newsroom»:

[http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/newsroom/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/newsroom/index_en.htm).

## Contactos

Comissão Europeia  
 Direcção-Geral da Política Regional  
 Unidade 01 — «Informação e Comunicação»  
 Thierry Daman  
 41, avenue de Tervuren B-1040 Bruxelles  
 Fax: (32-2)296 60 03  
 E-mail: [regio-info@cec.eu.int](mailto:regio-info@cec.eu.int)  
 Internet: [http://europa.eu.int/comm/dgs/regional\\_policy/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm)

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia  
[http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_en.htm)

ISSN 1725-8154

© Comunidades Europeias, 2005  
 Reprodução autorizada mediante menção da fonte.



Serviço das Publicações

*Publications.eu.int*